

**A dinâmica de movimentos ambientalistas: o caso do movimento ambiental no**

**Município de Icapuí/CE**

**The dynamics of environmental movements: the case of the environmental movement in  
the Municipality of Icapuí/CE**

**La dinámica de los movimientos ecologistas: el caso del movimiento ambiental en el**

**Municipio de Icapuí/CE**

Recebido: 31/08/2020 | Revisado: 05/09/2020 | Aceito: 29/09/2020 | Publicado: 01/10/2020

**Thais Silva Torquato**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7381-955X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [thayz\\_torquato@hotmail.com](mailto:thayz_torquato@hotmail.com)

**Helen Flávia de Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1557-2418>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [helenflima77@gmail.com](mailto:helenflima77@gmail.com)

**Luana Viana Costa e Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2874-4653>

Universidade Federal do Ceará, Brasil.

E-mail: [luanaviana@crateus.ufc.br](mailto:luanaviana@crateus.ufc.br)

**Selma Maria Peixoto Alcântara**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9444-3691>

Universidade Federal do Ceará, Brasil.

E-mail: [selmaalcantara@hotmail.com](mailto:selmaalcantara@hotmail.com)

**Antônia Duciene Feitosa Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5641-3467>

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil.

E-mail: [duci\\_lima78@hotmail.com](mailto:duci_lima78@hotmail.com)

**José Araújo Amaral**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8678-4798>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [jose.amaral@ifnr.edu.br](mailto:jose.amaral@ifnr.edu.br)

## **Resumo**

Os movimentos sociais em Unidades de Conservação (UC) têm um papel importante na sensibilização em relação ao meio ambiente. Em municípios como Icapuí, localizado no litoral Leste do Ceará, Nordeste do Brasil, o desenvolvimento do movimento ambiental local culminou na criação de uma APA. Todavia, percebe-se que após a criação desta, houve um declínio no processo de mobilização ambiental. Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o movimento ambientalista no município de Icapuí, antes e após a criação da citada UC, a APA do Manguezal da Barra Grande (APAMBG). Busca-se responder a seguinte questão: houve continuidade na mobilização relacionada à preservação do ecossistema manguezal do município de Icapuí após a criação da APAMBG? Este estudo se trata de um estudo de caso, com fundamento na abordagem qualitativa, em que o primeiro passo foi a realização de um levantamento bibliográfico. Na coleta de dados se baseou na História Oral, por meio de entrevistas semiestruturadas. A fim de se ter uma maior credibilidade na amostragem, utilizou-se a técnica não probabilística Snow Ball. Assim, os atores sociais selecionados foram categorizados em cinco grupos: Grupo Ecológico, Gestão Municipal, Estudantes, Professores e ONGs. A análise sugeriu que houve um declínio do MA em Icapuí nos últimos anos, porém, isso não ocorreu, exclusivamente, pela criação da APA, mas, dentre outros fatores levantados, dentre eles, a desarticulação dos militantes mais jovens, e a falta de investimento público na área ambiental.

**Palavras-chave:** Movimento ambiental; Unidade de conservação; Área de proteção ambiental.

## **Abstract**

The social movements around Nature Conservation Units (NCU) have a major role concerning awareness and change of attitude towards the environment. In place such as Icapuí municipality, located in Ceará state, Northeastern Brazil, local environmental movement development culminated in an Environmental Protection Area (EPA). Having said that, after EPA was established it was seen a decline in their actions. As such, the aim of this study is to evaluate the Environmental Movements (EM) actions in Icapuí before and after the creation of APA Barra Grande (EPAMBG). In order to do that the current research addresses the following question: Was there a continuity in the actions related to mangrove ecosystem preservation in Icapuí Municipality after EPA Barra Grande (APAMBG)? This study uses a qualitative framework, starting with bibliographic research. It is the case study. In the data collection made use of Oral History. In addition, a non-probabilistic technique Snow Ball and

semi-structured interviews were used. The social actors were categorized in five groups: Ecological, Municipal Management, Students, Teachers and NGOs. The analysis suggests that over the past few years there was a decline of the EM in Icapuí, however not exclusively by the APA creation; among others aspects, there was the lack of public investment in the environmental area.

**Keywords:** Environmental movement; Nature conservation unit; Environmental protection area.

### **Resumen**

Los movimientos sociales en las Unidades de Conservación (UC) desempeñan un papel importante en la sensibilización sobre el medio ambiente. En municipios como Icapuí, ubicado en la costa este de Ceará, noreste de Brasil, el desarrollo del movimiento ambiental local culminó con la creación de un AAE. Sin embargo, se observa que después de la creación de esto, hubo una disminución en las acciones de estos grupos. En este contexto, la presente investigación tuvo como objetivo analizar el movimiento ambiental en el municipio de Icapuí, antes y después de la creación de la mencionada UC, la APA del Manglar de Barra Grande (APAMBG). Se busca la siguiente pregunta: ¿hubo continuidad en la movilización relacionada con la preservación del ecosistema de manglares del municipio de Icapuí después de la creación del APAMBG? Este estudio es un caso de estudio, basado en el enfoque cualitativo, en el que el primer paso fue la realización de una encuesta bibliográfica. La recopilación de datos se basó en la Historia Oral, a través de entrevistas semiestructuradas. Con el fin de tener una mayor credibilidad en el muestreo, se utilizó la técnica no probabilística Snow Ball. Así, los actores sociales seleccionados se clasificaron en cinco grupos: Grupo Ecológico, Gestión Municipal, Estudiantes, Profesores y ONG. El análisis sugirió que ha habido una disminución en la maestría en Icapuí en los últimos años, sin embargo, esto no sólo se debió a la creación de la APA, sino que, entre otros factores, se planteó, entre ellos, la desarticulación de los militantes más jóvenes, y la falta de inversión pública en el área ambiental.

**Palabras clave:** Movimiento ambiental; Unidad de conservación, Zona de protección ambiental.

## 1. Introdução

Os Movimentos Sociais (MS) se constituem como espaços sociais de manifestações populares, onde pessoas inconformadas com situações que consideram injustas se mobilizam na luta por demandas comuns, conseguindo, muitas vezes, transformar determinadas realidades. Scherer-Warren (2007) Nessa perspectiva, a luta pelas causas ambientais, denominada Movimento Ambiental (MA), ou ambientalismo, trata-se de um MS cujas ações se concentram em mudar a realidade, pautado na proteção ambiental, principalmente no que tange à distribuição igualitária dos bens e “serviços” ambientais, de forma a garantir uma melhor qualidade de vida para a sociedade humana. Os Movimentos Ambientais pela defesa de Unidades de Conservação, por exemplo, buscam garantir a manutenção de lugares protegidos que possuam características peculiares, tais como beleza cênica, relevância ecológica, e a presença de espécies vulneráveis e meio de subsistência de populações tradicionais (Lima, 2011),

No município de Icapuí/CE, o MA mostrou sua importância, frente a degradação do ecossistema manguezal por atividades econômicas industriais/comerciais, primeiramente, salinas e, posteriormente, carcinicultura intensiva. Tal processo de aguçamento da percepção ambiental começou pelos filhos (as) de pescadores (as) que, atentos à diminuição de alguns bens ambientais, principalmente, dos recursos pesqueiros, começaram a relacionar com a degradação ambiental local, inicialmente no mangue. Nesse contexto, formaram-se grupos de lutas pelas causas ambientais no local, despertando, assim, a atenção de todo município, bem como de ONGs para a questão, as quais, posteriormente, começaram a se envolver também. O desenvolvimento de projetos, oficinas e capacitações em Educação Ambiental advindas dessas ONGs intensificaram esse processo de mobilização, desencadeando discussões sobre políticas públicas, sobretudo voltadas para a criação de uma Área de Proteção Ambiental do Manguezal da Barra Grande.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a atuação do movimento ambientalista no município de Icapuí, antes, por volta dos anos 90 e após a criação da APA do Manguezal da Barra Grande (APAMBG), depois dos anos 2000, a fim de entender o contexto de seu surgimento e seu enfraquecimento, pois entende-se que a diminuição dos espaços de atuação social democrática e participativa, como é o caso de MAs, pode ser um dos motivos de retrocessos na proteção ambiental. Diante disso, a questão balizadora desta pesquisa é: houve continuidade nas ações relacionadas à preservação do ecossistema manguezal no município de Icapuí após a criação da APAMBG?

## **1.1 Movimentos sociais: definições construídas historicamente**

Os MS ganham várias definições ao longo do tempo, pois se modificam de acordo com a conjuntura da sociedade, de como está organizada, na tentativa de responder aos seus problemas. Dessa maneira, Alonso (2009) aponta circunstâncias sociais que contribuíram para a formação dos MS. Segundo este, na era clássica, compreendida entre 1930 e 1960, os movimentos eram tratados como formas de reações a frustrações, que as instituições não resolviam, e, portanto, tinham pilares psicológicos, de emoções coletivas. Nessa época, grande parte do mundo vivia sob regime militar e predominavam as mobilizações da classe operária.

Nos anos 1960, começam a surgir movimentos relacionados a etnia, gênero e estilos de vida, que já não se configuravam como os anteriores, era uma movimentação solidária, pois se preocupava com diversos grupos, principalmente minorias, uma vez que já havia certo nível de organização (Alonso, 2009).

A partir da década de 1970, teorias emergiram na tentativa de entender esses novos movimentos. A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) compreendia que a ação coletiva só podia ocorrer se houvesse recursos materiais, fossem eles financeiros ou de infraestrutura, bem como recursos humanos. Segundo Rocha (2016), essa teoria não considerava a questão cultural e identitária da ação política, pois explicava somente a face racional e estratégica.

A Teoria do Processo Político (TPP) propunha que a sociedade civil organizada tem mais facilidade de fazer pressão frente as instituições políticas quando estas entram em crise (Rocha, 2016), isto é, quando se abrem novas oportunidades nas estruturas políticas, tornando-se mais fácil a expressão social (Alonso, 2009).

Já a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) emergiu em uma sociedade pós-industrial, incorporando um caráter cultural aos movimentos, de modo que os atores sociais constroem a ação coletiva ao se comunicarem. Assim, essa comunicação produz e negocia novos significados aos ideários sociais (Rocha, 2016).

Independentemente das tentativas de explicação das diversas teorias, os MS são frutos da organização da sociedade civil, a qual busca reorientar os seus valores (Alonso, 2009). A partir desse pressuposto, entende-se que esta organização não é um todo homogêneo, está pautada em conflitos, interesses distintos de valores, de classe, de identidades e de instituições variadas. Nos dias atuais, a organização civil está cada vez mais alicerçada em redes organizacionais, interorganizacionais e de MS, além de estar formando alianças com as esferas estatais e de mercado (Scherer-Warren, 2006).

Segundo a mesma autora, a sociedade civil assume quatro níveis organizacionais dependendo de como estejam arrançados seus interesses e valores, e, assim, compõe as correntes sociais. O primeiro nível é o das organizações de base, do associativismo local, representado por Associações de bairro, Organizações Não Governamentais (ONGs), dentre outros. Esses arranjos locais encaminham-se para articulações entre si, e, assim, formam uma rede mais ampla. O segundo nível se trata das formas de conexões intergovernamentais, que são mediadoras entre a base e o Estado, em prol do empoderamento da sociedade civil, como os Fóruns (Scherer-Warren, 2006). O terceiro nível é a mobilização da esfera pública, com um caráter institucional, a qual procura fazer pressão política e dar visibilidade aos movimentos por meio da mídia, por meio de marchas, campanhas e protestos. O quarto nível assume a responsabilidade de conquistar recursos financeiros para dar suporte organizacional e material aos movimentos, por meio de entidades não governamentais, sejam elas nacionais ou internacionais, e eventualmente das esferas governamentais e cidadãs (Scherer-Warren, 2006).

Os MS são, essencialmente, reflexos desses quatro níveis, de modo que há uma articulação das categorias de base, por intermédio de Fóruns e de outras organizações, perfazendo-se presentes nas mobilizações e protestos. De um modo geral, para ser um MS é necessário existir um tripé: identidade, isto é, um motivo para se organizarem, a busca de valores e interesses comuns; um adversário, que, nessa perspectiva, será o que se busca combater, fator central nesse campo de luta; e a construção de um projeto político, um objetivo de transformação social. A partir desses princípios, o movimento buscará o rumo de suas ações (Scherer-Warren, 2006).

No Brasil, o caminho percorrido pelos MS se assemelha ao vivido na América Latina como um todo, com os movimentos em busca da democracia, uma vez que vários países do continente passavam por períodos de ditaduras. Alguns autores demarcam ciclos ou fases para as lutas nacionais, tendo como divisor de águas a declaração da Constituição de 1988. A primeira fase, denominada por Scherer-Warren (2007) de Momento Cívico, compreende as décadas de 1960-1970, período marcado pela Ditadura Militar, com restrições de direitos e censuras, de modo que as manifestações se configuravam em resistência ao regime, partilhando desse objetivo tanto as camadas populares, quanto intelectuais e artistas. A segunda fase teve uma característica cidadã e percorre os anos de 1980 a 1990. Nessa época, com a redemocratização do país, os MS tomam um rumo diferente, passando a buscar a regulamentação de direitos essenciais a partir de uma nova constituição (Scherer-Warren, 2007).

Ao longo dos anos 1990, os MS começam a se institucionalizarem, especialmente por intermédio de Fóruns, proporcionando encontros nacionais de maior visibilidade, como por exemplo o (MST). Com esse modo de operar mais organizado, abriu-se espaço para o diálogo com a esfera estatal, ao mesmo tempo que possibilitou detectar problemas sociais existentes, de forma a traçar metas e objetivos para superá-los (Scherer-Warren, 2007).

A partir desses avanços, nos anos 2000, começa a se consolidar um Movimento denominado Cidadão-Crítico, embasado na ideia de empoderamento da sociedade civil, para que esta ganhe voz e vez na esfera do Estado. Para este novo pensamento a partir daí seria possível constituir indivíduos críticos, de posse e exercício da sua cidadania, além do que o novo milênio trouxe para os MS o advento da globalização, tornando-os conectados com o resto do mundo, transformando suas formas de categorização, passando a serem multi e pluriclassistas, ultrapassando as fronteiras nacionais e se tornando transnacionais (Gohn, 2011).

## **1.2 Movimento ambientalista**

A interferência antrópica ocorre desde que o ser humano existe, sobretudo, quando aprende a dominar os elementos da natureza. Contudo, essa atuação não ocorre de forma tão abrangente a ponto de provocar uma reflexão sobre a extinção da espécie humana em decorrência dos seus atos. A partir do sedentarismo vira uma problemática, mas é após a hegemonia do modelo capitalista de produção, que a degradação social e ecológica se amplifica. Segundo Lima (2011), na metade do século XX, parte da humanidade passa a perceber o seu potencial destrutivo, iniciando, então, debates em relação à questão ambiental. Diante desse novo cenário, verifica-se a necessidade de reflexão sobre o tema, para que a relação ser humano e natureza, e mais ainda, a ser humano e ser humano, sejam repensadas.

É nessa perspectiva que é desencadeado o processo de surgimento de movimentos sociais acerca da temática ambiental. O MA também faz parte do campo social, pois continua sendo um espaço social onde há a união de seus atores em prol de um objetivo comum. Assim, os Novos Movimentos Sociais (NMS) nascem como uma necessidade coletiva de protestar, denunciar e reivindicar mudanças nos processos econômicos, políticos e tecnológicos que produzem impactos ambientais (Lima, 2011), não se restringindo apenas às questões da classe trabalhadora, enfatizando abordagens sociais, gerando, com isso, o surgimento de novas discussões (Felizola, 2012).

Frente ao exposto, o MA nasce com o objetivo de reivindicar a proteção do meio ambiente, e, principalmente, de fazer emergir uma nova consciência ambiental, direcionando as ações humanas a uma nova relação com o meio ambiente (Souza, 2013).

Souza (2013) destaca, ainda, que o ambientalismo é uma junção de interesses sociais diversos, sejam eles econômicos, políticos ou culturais, que passa a existir devido a um coletivo, que percebe, não somente a degradação ambiental, mas também um declínio nas relações sociais provocadas pelo novo formato da sociedade moderna, marcado pelos processos de mercantilização, tal como o consumo exagerado de bens materiais (Lima, 2011).

O movimento ambientalista brasileiro, dessa forma, é designado como um campo social, onde transitam discursos e práticas ligadas à proteção do meio ambiente (Ascsehrad, 2010). A discussão acerca da questão ambiental chega ao país por influências externas, que vão desde o debate das causas ambientais disseminado por múltiplas mídias, a realização da Conferência de Estocolmo e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a inserção do tema nos programas de créditos de bancos multilaterais, tais como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), bem como a atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas (Lima, 2011).

Salienta-se que a ascensão do ambientalismo brasileiro se distingue a dos países desenvolvidos, por trazer em seu interior mais proeminentemente a questão social. Em um primeiro momento, o social era desvinculado da questão ambiental, pois a defesa ambiental era vista como um entrave ao desenvolvimento do país, dificultando a ligação entre o ambientalismo e os demais movimentos sociais. Além disso, em âmbito nacional havia outras particularidades inerentes aos países em desenvolvimento, ou seja, em busca de expansão industrial e econômica. Cita-se o processo acelerado de êxodo rural, o qual agravou os problemas ambientais característicos dos centros urbanos, e a exacerbada desigualdade de renda como algumas das realidades brasileiras onde o ambientalismo buscou firmar-se (Lima, 2011).

Mais tarde, na década de 1980, essa ideia foi superada, emergindo o socioambientalismo. Neste momento, houve um amadurecimento das duas partes, tanto do ambientalismo quanto dos movimentos sociais, ao identificarem que ambiente e social não são antagônicos, mas complementares (Lima, 2011).

Do ponto de vista do ambientalismo como MS, Alonso, Costa e Maciel (2007) apontam três Estruturas de Oportunidade Política (EOP) para a formação de grupos ambientalistas brasileiros. Essas EOPs se configuram como espaços abertos na Estrutura

Estatal que de certa forma permitem o acesso das camadas populares. O primeiro momento de EOP compreende o período de 1970 a 1985, ocasião da ditadura firmada, a qual passa depois por uma flexibilização, quando se inicia o processo de redemocratização; este processo possibilita vastas mobilizações coletivas, prevalecendo, entretanto, um regime autoritário. No momento em que se verifica a abertura no aparato político, gerou-se maiores possibilidades para a ocorrência de protestos sociais, apoiados por outros grupos sociais. As entidades políticas e administrativas se fizeram mais maleáveis às reivindicações da sociedade civil ao mesmo tempo em que surgiu uma agenda internacional acerca das questões ambientais.

Há um processo de bisetorialização do MA com a entrada das agências nacionais de meio ambiente na discussão, como ocorreu após a criação da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), em 1993, contando, então, com a participação de representantes da sociedade civil e do Estado (Jacobi, 2000). Já na década de 1980, os integrantes deste movimento passam a ser empresas multinacionais, ONGs e o meio acadêmico, caracterizando-o como multissetorial (Souza, 2013).

Esse contexto estimulou a formação de micromobilizações e de identidades coletivas. Essas micromobilizações aconteceram em microcontextos, sejam eles locais de trabalho, grupos culturais e até redes de amizades, de modo que em cada um desses contextos foram formados pequenos grupos de ativismo ambiental, gerando identidades coletivas de vários gêneros (Alonso, Costa & Maciel, 2007). Esses contextos formaram, por exemplo, a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN), nascida no Rio de Janeiro, em 1958, e que pregava o conservacionismo, a defesa da natureza selvagem.

O segundo momento de EOP e, conseqüentemente, de estruturação do ambientalismo foi o ciclo pela Constituinte, o qual pretendia definir estratégias para inserir a temática ambiental na agenda política, levando os ativistas a se organizarem em associações, em vez de partidos políticos (Alonso, Costa & Maciel, 2007).

A preparação para a ECO-92 influenciou, significativamente, as ideias ambientalistas, momento em que foi possível inserir o movimento nacional em uma rede internacional mais ampla (Jacobi, 2000). O terceiro momento de EOP, com isso, configurou-se pelo Ciclo de Protestos contra a Rio-92, de modo que o formato da Conferência incentivou a rede ambientalista a se organizar em associações e buscar aliados na sociedade civil e não no Estado (Alonso, Costa & Maciel, 2007). Tais autores afirmam que devido ao engajamento participativo na Conferência, houve incentivo para a formação de associações ambientalistas que pudessem coordenar as ações coletivas, trazendo parceiros da sociedade civil.

É neste contexto de luta que se insere a história das manifestações sociais ocorridas em Icapuí/CE. O processo de mobilização em prol da emancipação do município, antigo distrito da cidade vizinha Aracati, iniciou um processo de maior pertencimento ao município, alicerçando o contexto de Movimentos Sociais locais. De acordo com Lotta e Martins (2010) a luta pela autonomia de Icapuí fez emergir as forças sociais presentes na comunidade, bem como uma identidade coletiva a partir do desejo comum de se emancipar e do sentimento de descaso perante os políticos aracatienses. O desenvolvimento da participação popular fortaleceu as associações e a compreensão sobre a importância da organização popular na luta por direitos sociais, assim percebe-se a formação de uma rede social nas lutas, pois havia o engajamento de vários grupos, de associações de estudantes, da Igreja Católica, de lideranças comunitárias e de políticos a favor da emancipação.

Nesse sentido, as lutas trouxeram para as primeiras gestões de Icapuí uma transparência na maneira de governar a nova cidade, aplicando o Orçamento Participativo (OP), por exemplo. Um fato importante nesse processo de participação popular era que as prestações de contas eram pintadas em muros, possibilitando o acesso por parte da população sobre o que se fazia com o tesouro municipal (Silva, 1998).

Esse modelo de participação popular em gestões municipais é um exercício de cidadania, pois viabiliza oportunidades de melhorias para a população, como o caso de Icapuí que ao programar o Orçamento Participativo descentralizou e democratizou a administração do município, melhorando os índices de saúde e de educação, bem como redução na taxa de mortalidade infantil (Machado & Lacerda, 2003).

Diante desse contexto de pertencimento ao município, é desencadeada o aguçamento da percepção das comunidades sobre a degradação do ecossistema manguezal causada pelas atividades econômicas de extração de sal e carcinicultura, bem como pela pesca predatória. Pescadores e a comunidade em geral começaram a sentir-se ameaçados, pois os impactos ambientais já começavam a aparecer na diminuição da diversidade dos principais peixes comerciais e da lagosta (Silva, 2012).

Para Silva (2012) essa percepção começou com os filhos de pescadores atentos à escassez, principalmente dos recursos pesqueiros, que a devastação ambiental, especialmente do mangue, estava gerando. Nesta perspectiva, formaram-se grupos de luta pelas causas ambientais, despertando, assim, a atenção de todo município, bem como de ONGs. A partir daí, vieram projetos, oficinas e capacitações em Educação Ambiental que amplificaram esse processo de mobilização, culminando numa grande conquista: a criação da Área de Proteção Ambiental do Manguezal da Barra Grande.

## 2. Metodologia

A presente pesquisa teve caráter exploratório, sendo realizada em parte como pesquisa bibliográfica. No que se refere à abordagem é do tipo qualitativa, buscando analisar se, após a instalação da APA, o Movimento Ambiental continuou a influenciar os atores envolvidos com a ação ambiental, no que se refere à preservação do meio ambiente. Cabe lembrar que a APA se instalou em 2000, no entanto o movimento antecedeu a sua criação nos anos 1990. Para atender à especificidade desta pesquisa, bem como associar teoria à prática, foi utilizado o método de Estudo de Caso (Pereira, D.M. Shitsuka, Parreira, & R. Shitsuka, 2018; Carvalho, Duarte, Menezes, & Souza, 2019).

Nessa perspectiva também se utilizou da História Oral como recurso metodológico. Para explicar a História Oral é importante comentar sobre sua origem que data da década de 1950, nascendo no bojo dos movimentos sociais, como uma forma de dar voz aos excluídos socialmente, em países da Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, chega em meados dos anos 1970, contudo, seu processo de aceitação foi bastante lento. Isso ocorreu por motivos políticos e econômicos, mas, sobretudo pela resistência acadêmica, ainda enraizada na concepção positivista que restringia a pesquisa histórica aos documentos escritos, desconsiderando o papel dos sujeitos historicamente excluídos. A partir de 1990, a Academia reconhece a importância da História Oral, passando a ser praticada majoritariamente nesse meio (Ferreira, 1998). Trata-se de uma metodologia frequentemente empregada nas Ciências Sociais e Humanas, tendo como base a entrevista com pessoas que vivenciaram experiências correlacionadas ao tema da pesquisa. As lembranças individuais geram dados históricos constando informações particulares que unidas aos outros relatos formarão memórias coletivas. Tais relatos embasados teoricamente produzirão conhecimento (Freitas, 2002). Colaborando com esta discussão, Gonçalves e Lisboa (2007, p.85) afirmam que “A fonte oral se constitui como base primária para a obtenção de toda forma de conhecimento, seja ele científico ou não”, já que a oralidade desde sempre foi e é difusora de saberes

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, na pesquisa de campo, utilizou-se a entrevista semiestruturada, que é formada por perguntas abertas de modo que o/a entrevistador/a, se achar necessário, possa explorar mais amplamente um assunto. Foi utilizado um roteiro prévio, porém, o/a entrevistador/a teve a liberdade de fazer novas perguntas, se, por ventura, necessitasse tirar dúvidas ou aprofundar a resposta (Marconi & Lakatos, 2003).

A amostragem dos entrevistáveis foi do tipo não probabilística, pois não se conhecia um percentual fixo de entrevistados. Para selecionar as pessoas a serem entrevistadas foi utilizado o método *Snowball*, ou “Bola de Neve”, frequentemente utilizado quando não se conhece o público. Segundo essa metodologia, no início, deve ser selecionada uma pessoa, chamada de “semente”, e a partir dela foi-se identificando novos entrevistáveis. No caso da presente pesquisa, foi escolhida, como “semente”, uma pessoa conhecida pelo envolvimento com a temática ambiental, que trabalha em uma ONG local, auxiliando na execução de projetos relacionados diretamente com a APA do Manguezal da Barra Grande”. A partir de cada entrevista foram sendo identificadas novas pessoas a serem entrevistadas, formando-se uma rede de atores sociais. Quando foi constatada a repetição dos nomes das pessoas e a não inserção de mais nenhuma informação frente às que já tinham sido coletadas, encerraram-se as entrevistas, tal como propõe Albuquerque (2009). O critério de escolha das pessoas a serem entrevistadas baseado na técnica de coleta de dados “Bola de Neve” nos permite inferir que se os escolhidos para as entrevistas são os mais citados na entrevista que os antecedem, estes mais citados são, possivelmente, os que desempenham ou já desempenharam um papel de destaque no seu grupo, atuando como líderes. Portanto, com este perfil de entrevistados se tem mais segurança nas informações coletadas do que se a escolha fosse feita aleatoriamente.

As entrevistas ocorreram entre os dias 09 de agosto e dia 16 de outubro de 2017, sendo realizadas em locais diversos como suas casas e locais de trabalho, sempre dependendo da disponibilidade dos entrevistados, totalizando doze encontros. Cabe esclarecer que as perguntas foram organizadas em categorias para melhor análise e todas as entrevistas foram transcritas na íntegra. De acordo com Oliveira (2008), a definição de categorias de análise é fundamental para se construir um trabalho sistematizado e coerente. Categorizar, ou seja, agrupar elementos em comum, identificados nos textos transcritos das entrevistas, é um procedimento importante para o processo de análise. Em vista disso, a presente pesquisa foi sistematizada em três partes, são elas: a primeira referente a um conjunto de elementos que buscaram ressaltar o perfil das pessoas entrevistadas, sendo possível organizar em grupos os envolvidos no Movimento Ambiental (MA); a segunda na perspectiva de situar o (MA) em Icapuí/CE, em um contexto local e nacional; e a terceira categoria partiu de um conjunto de questionamentos que buscaram sistematizar os dados entre a relação entre o MA e a APA.

### 3. Resultados e Discussão

O município de Icapuí localiza-se no extremo leste do litoral cearense, na microrregião do Baixo Jaguaribe. Tem limite ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com o Estado do Rio Grande do Norte e a Leste com a cidade de Aracati (Meireles & Santos, 2012). Possui três distritos: Icapuí Sede, Ibicuitaba e Manibú. O município possui uma extensão de 428,69 Km<sup>2</sup>, sendo que 46,015 km são de praia, onde está localizada a maior parte de sua população, a qual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), é formada por 18.392 habitantes e uma densidade demográfica de 43,43 hab./km<sup>2</sup>. Possui a Área de Proteção Ambiental do Manguezal da Barra Grande, criada através da Lei Municipal nº 298,2000. Em 25 de setembro de 2014, sua área foi ampliada, por meio da Lei 633/2014, para que pudesse abranger maior parte da área do Banco de Algas dos Cajuais, podendo dessa forma proteger o peixe-boi marinho e as aves migratórias, bem como tornar possível o fornecimento de alimento para espécies de peixes, mariscos e lagostas (Meireles, 2015), totalizando uma área de 18.100 hectares (Lei Municipal 633, 2014).

Apesar de ter um Conselho Gestor instituído legalmente, a APA do Manguezal da Barra Grande ainda não possui Plano de Manejo, documento técnico que regulariza os usos que são permitidos e não são permitidos, dentro do perímetro da APA (Lei 9.985, 2000); este plano é importante para regular seu uso e ocupação, e sua ausência torna a APA ainda mais vulnerável a possíveis impactos, muitos irreversíveis.

A localização desta Unidade de Conservação (UC) compreende o estuário e o manguezal da Barra Grande, bem como os sistemas ambientais que estão diretamente interligados com o manguezal, são eles: Lagoas e Lagunas, Estuário, Banco de Algas, Faixa de Praia, Delta de Maré e Terraço Marinho. Compreende as comunidades da Barrinha, na porção Oeste, Praia da Placa e Berimbau, a Leste, Cajuais e Icapuí-sede, ao sul, e, ao Norte, o Oceano.

A APA possui como objetivo geral um maior controle ambiental sobre o ecossistema manguezal, bem como proteger a comunidade biótica nativa, as nascentes dos rios, as vertentes e os solos, e proporcionar, à população regional, métodos e técnicas apropriados ao uso do solo, incentivando na população local uma consciência ecológica e conservadora (Lei Municipal nº 298, 2000).

### 3.1 Perfil dos entrevistados

Ao categorizar as perguntas e conforme as percepções ao longo das entrevistas foi possível identificar cinco grupos de atores sociais do processo de organização do Movimento Ambiental (MA) de Icapuí/CE, somando um total de doze entrevistados. Tais grupos foram relacionados às funções que as pessoas desempenharam dentro do movimento. O Grupo Ecológico (duas pessoas entrevistadas), formado por crianças e adolescentes, filhos de pescadores que já possuíam alguma percepção acerca da degradação do manguezal, pois estavam inseridos nesta realidade. Por serem todos filhos de pescadores, perceberam a degradação do manguezal, pois era um local que frequentavam com os pais. Essa percepção de que o manguezal estava sendo degradado e, com isso, a principal fonte de subsistência das famílias, que era a pesca, estava sendo comprometido, fez emergir nesses jovens um sentimento de querer lutar e preservar os recursos naturais do município.

O segundo grupo foi o da Gestão Municipal (duas pessoas), era composto por indivíduos que faziam parte da administração, atuando dentro da Secretaria de Educação e trabalhando na execução de projetos de cunho ambiental. O grupo dos Professores (duas pessoas) agregou àqueles que, dentro dos projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação, passaram por uma formação de Educadores e Multiplicadores Ambientais e tinham o papel de disseminar o aprendizado para os alunos. O Grupo dos Estudantes (quatro pessoas) foi formado tanto nas escolas da rede municipal, como também na estadual de nível de Ensino Médio, abrangendo aqueles que participaram de oficinas ministradas pelos professores e realizaram debates acerca da preservação ambiental, tendo assim alguma sensibilidade ambiental, inclusive atuando em outros espaços de luta pelas causas ambientais. As ONGs, por sua vez, formaram um grupo que adentraram no movimento em um período em que este estava mais avançado, mas, ainda assim, somaram suas ações, contribuindo na melhoria das ações voltadas à proteção do meio ambiente local.

Foram entrevistadas cinco pessoas do sexo masculino e sete do sexo feminino, tendo como critério de seleção o já descrito, anteriormente, pela metodologia “Bola de Neve”. Das doze pessoas entrevistadas, onze possuem ensino superior completo e um incompleto. Dos que concluíram o ensino superior quatro possuem mestrado, seis especialização e um doutorado. A idade dos entrevistados está no intervalo de 30 a 65 anos.

Pode-se inferir que a participação dessas pessoas nos movimentos ambientais locais, integrando-se às discussões políticas acerca da temática, contribuiu para o aumento de oportunidades para estas pessoas, ao passo que os espaços de debate tendem a levá-las a

adquirir uma maior consciência da importância dos estudos em suas vidas, por serem formadoras de opinião e serem requisitadas para pensar a realidade de maneira mais sistematizada, despertando na maioria, possivelmente, a vontade de uma melhor formação profissional e pessoal. Há de se considerar também, o envolvimento de pessoas de diferentes faixas etárias, favorecendo a troca de experiências e informações inerentes ao tempo de vida de cada uma. Oliveira e Hermont (2014) afirmam que a participação de jovens nos espaços de discussão política é um processo educativo que potencializa a aprendizagem e contribui para os processos formativos de maneira mais ampla.

### **3.2 Histórico do movimento ambiental de Icapuí-CE**

Na sistematização dos elementos presentes nas transcrições das entrevistas que vinculassem o MA com o contexto local e nacional, ressalta-se que se trata de parte da visão de indivíduos de cada grupo, baseada nas experiências de cada um(a) e do coletivo em si. Percebeu-se, primeiramente, que a década de 1990 até os anos 2000 foi o período de iniciação do MA local. Esta informação pôde ser constatada em várias falas transcritas, como as seguintes:

Nasce no ano de 1990 com um grupo de adolescentes, formado por umas quinze pessoas (GRUPO ECOLÓGICO).

As primeiras mobilizações em relação ao meio ambiente nascem entre os anos 1990 e 2000, nascendo praticamente junto com a cidade (GRUPO GESTÃO).

O movimento ambiental em Icapuí se inicia por volta dos anos 1990 (GRUPO PROFESSORES).

Até onde eu sei, esse movimento nasce nas escolas entre os anos 1990 e 2000. (GRUPO ALUNOS)

Na época de 90, quando começou os grupos ambientais (GRUPO ONG).

Nota-se que há uma concordância dos grupos quanto à época de nascimento do MA local. O Grupo da Gestão, entretanto, prolonga esse período até meados dos anos 2000, provavelmente, devido à associação aos anos de atuação deste grupo no poder administrativo municipal. A década de 1990, segundo Gohn (2011), realmente foi marcada pela institucionalização dos MS e pelos atores sociais ganhando mais espaços nas esferas estatais,

de modo que foi nesta década que vários MS cresceram e se consolidaram, a citar o Movimento Sem Terra (MST).

Nesta década ocorreu também a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, no Rio de Janeiro, cuja temática central foi a discussão de um modelo de desenvolvimento baseado no conceito da sustentabilidade ambiental. (Marcatto, 2002). Durante a conferência também foi realizado o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente. Esse período corresponde, segundo Alonso, Costa e Maciel (2007), ao terceiro momento de criação do MA brasileiro, coincidindo, portanto, com a ascensão do MA em Icapuí.

Quanto ao âmbito de surgimento do MA em Icapuí, os grupos ouvidos se referem sempre ao contexto em que cada um estava inserido, trazendo suas perspectivas específicas para a discussão. Os grupos da Gestão e dos Professores assinalam como um processo desencadeado pelo poder público, entendendo que o movimento nasceu como reflexo de uma eficiente administração pública, voltada para a participação popular. Interligam, portanto, o contexto inicial de surgimento do MA à gestão municipal da época, alegando que a mesma trouxe recursos de formação em Educação Ambiental (EA), possibilitando a capacitação de professores, os quais passaram a desenvolver atividades de EA nas escolas, desencadeando esse processo, como confirmam os depoimentos a seguir:

O município já trazia uma preocupação em se tornar um lugar melhor, as políticas de mobilização popular, de Educação e saúde são um exemplo, a questão ambiental nasce desse zelo com o município e do empenho da gestão de fazer Icapuí melhor. (GRUPO GESTÃO)

A iniciativa partiu do governo, do poder público na época, que trouxe para o município algumas capacitações em Educação Ambiental. (GRUPO PROFESSORES)

Já o grupo de Alunos entende que esse movimento nasce dentro do âmbito escolar, possivelmente pelo fato de ter sido o local de primeiro contato deles com o MA, por ser o espaço de realização das oficinas e capacitações. Alegaram que as aulas de campo também influenciaram o nascimento do MA, pois nelas podiam observar *in loco* as problemáticas ambientais e perceberem a importância dos ecossistemas, de acordo com o exemplo que segue:

A questão ambiental nasce nas escolas por meio do despertar dos estudantes por conta das oficinas que nós tínhamos. Até onde eu sei tinha interesse de preservar o

manguezal e aí veio essa necessidade de formar grupos, como o Igarakuê. (GRUPO ALUNOS)

O grupo ONG, por sua vez, parte de uma visão que o primórdio do MA se deu com a mobilização social em prol da emancipação do município, ocorrida no período entre 1957 e 1984, pois tal mobilização proporcionou a construção, nas pessoas, de uma identidade de pertencimento local, conforme depoimentos a seguir.

O movimento ambiental, ele é parte do movimento social de emancipação. O meio ambiente era visto como um bem coletivo que deveria ser preservado, a partir disso que nascem as mobilizações de caráter ambiental. (GRUPO ONG)

O Grupo Ecológico, formado por crianças e adolescentes filhos de pescadores que se reuniam e realizavam mobilizações em defesa do meio ambiente desde o ano de 1991, desenvolvendo atividades ligadas à temática ambiental, assegura que deu início ao MA local. Pela maior proximidade com o meio natural, pela profissão dos pais, afirmam que cedo perceberam a degradação do manguezal. Essa percepção, somada ao fato de a principal fonte de subsistência de suas famílias estar sendo comprometida, fez emergir nesses jovens a vontade de lutar pela preservação dos recursos naturais do município.

Jacobi (2000) confirma essa associação quando afirma que há uma tendência de atores sociais se mobilizarem em torno de questões que afetam seus cotidianos na tentativa de resolver esses problemas, por meio da colaboração e solidariedade. Com um caráter reivindicatório, o Grupo Ecológico realizava atividades de denúncia contra agressões ambientais, conseguindo, inclusive, que chegasse ao município ações do órgão de fiscalização federal, que atualmente é representado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Essas informações foram identificadas em transcrições como a que segue:

Esse movimento nasce com um grupo de adolescentes, do qual eu fazia parte e aí esse grupo passa a mobilizar as pessoas [...]. A gente deu o pontapé inicial, um grupo de crianças e adolescentes que chamava atenção para essa problemática. (GRUPO ECOLÓGICO)

Nessa perspectiva, assim como no contexto nacional, em Icapuí, houve uma Estrutura de Oportunidade Política com o processo de luta pela emancipação, pois a gestão buscou na sociedade aliados para a construção das políticas públicas municipais, privilegiando assim os movimentos populares.

Percebe-se algumas dimensões sobre essa abertura de oportunidade política que são essenciais para entender o nascimento do ambientalismo em Icapuí. Primeiro, essa abertura fez emergir a participação popular, assim o já formado Grupo Ecológico pôde adentrar a essa estrutura. Segundo, a gestão municipal, através do envolvimento popular, obteve bons resultados, ganhando prêmios, os quais contribuíram para que a questão ambiental passasse a ser valorizada e mais bem trabalhada localmente. Terceiro, o mundo, principalmente o Brasil, país anfitrião, estava em constante mobilização em decorrência da ECO-92. Nessas condições, pode-se considerar que tal conjuntura internacional deu o suporte para que o Movimento Ambiental nascesse em Icapuí.

Entende-se que o Movimento Ambiental em Icapuí teve três contextos de micromobilizações. O primeiro se deu com as mobilizações realizadas pelo Grupo Ecológico, a partir de 1991, despertando a atenção da gestão pública e ganhando seu apoio, o que propiciou até a adesão de outros movimentos sociais. Na época, a prefeitura, como forma de demonstrar apoio às ações do grupo, doou ao grupo um viveiro de plantas nativas para replantios. O reconhecimento do Grupo Ecológico pela gestão de Icapuí pode ser notado nas falas seguintes:

[...] E na época o prefeito nos chama para conversar e dizer que o município vai nos apoiar e fazer política pra isso. (GRUPO ECOLÓGICO)

Os jovens do grupo de crianças foram chamados pra ter uma conversa com o prefeito na época e foram doadas mudas e um viveiro para eles fazerem os replantios, e também doamos camisetas ao grupo. (GRUPO GESTÃO)

O segundo contexto de micromobilizações ocorreu quando o município de Icapuí, ao ganhar o prêmio Paz e Educação, por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), executou um projeto chamado Criança e Meio Ambiente. Esse projeto foi financiado pelo UNICEF e executado pela Secretaria de Educação, iniciando-se em 1992 e tinha como objetivo principal a formação de professores, os quais, posteriormente, tornaram-se multiplicadores da Educação Ambiental no município. Esse projeto propiciou a realização de oficinas ambientais e de visitas aos ecossistemas, tendo como público-alvo alunos das redes municipal e estadual, o que visibilizou a importância dos espaços naturais como locais de uma sensibilização ambiental. Dentre as ações do projeto, destaca-se uma formação em Educação Ambiental, em parceria com o Departamento de Biologia da Universidade Federal do Ceará. Esse curso possuía quatro eixos básicos: Meio Ambiente e Cidadania, Meio Ambiente e Saúde, Meio Ambiente e Pesca e Meio Ambiente e Turismo (SILVA, 1998). É,

nesse momento, que alguns dos integrantes do Grupo Ecológico são contratados para serem monitores nas escolas do projeto Criança e Meio Ambiente.

Concomitantemente a esse processo ambiental, nasciam os grupos de teatro nas escolas, os quais sempre criavam encenações relacionadas a temas locais, principalmente com a realidade ambiental de Icapuí. Todo esse trabalho, de EA nas escolas, resultou na elaboração e distribuição de cartilhas e na inserção da temática ambiental em uma semana cultural local. No ano de 1994, ainda decorrente de todo esse processo de mobilização, aconteceu o primeiro abraço ao mangue da área da Barra Grande, que teve como lema “Seja macho, não mate a Fêmea”, em referência à importância de não capturar os caranguejos fêmea, a fim de não haver diminuição do quantitativo da espécie. Em 1997, a Escola de Artes ligada a Prefeitura Municipal foi criada, intensificando o trabalho em prol do meio ambiente, por meio de oficinas, teatro e artes plásticas relacionadas com temáticas ambientais, segundo entrevista com o Grupo Ecológico.

Diante de toda essa conjuntura local de mobilizações, estudantes adquiriram autonomia e formam grupos ambientais, como o Igarakuê. Nascido na Escola de Ensino Médio Gabriel Epifânio dos Reis, entre 1998-1999, é batizado com um nome tupi-guarani que significa peixe-boi, sendo reconhecido como fruto das oficinas nas escolas. O Igarakuê foi responsável por começar mobilizações para a recuperação do ecossistema manguezal local, fazendo replantios sistematicamente, como mostra a citação a seguir:

A questão ambiental nasce nas escolas por meio do despertar dos estudantes por conta das oficinas que nós tínhamos. Até onde eu sei tinha interesse de preservar o manguezal e veio essa necessidade de formar grupos, como o Igarakuê (GRUPO ALUNOS)

O terceiro contexto de micromobilização do MA de Icapuí ocorreu com a chegada de ONGs ao município. Segundo entrevista com o grupo ONG, inicialmente, a Associação de Pesquisas e Preservação de Ecossistemas Aquáticos (AQUASIS), mais especificamente no final da década de 1990, chegou com o objetivo de realizar estudos sobre o peixe-boi e as aves migratórias da região, concentrando seus estudos na área que hoje é a APA em análise. Em seguida, a Fundação Brasil Cidadão (FBC) chegou a Icapuí, em 2001, com um trabalho de mobilização das comunidades, executando o projeto de Educação Ambiental chamado Peixe Vivo, com o apoio da Secretaria de Educação Municipal. Vale salientar que a última ONG citada adentrou ao debate quando a APA já havia sido criada, em 2000. Porém, sua atuação junto à área, tanto com ações diretas como os replantios, quanto indiretas como a

instalação de tecnologias sociais e atividades de Educação Ambiental (EA) na região, deu novo ânimo aos movimentos que atuavam na área da UC, visto que, nessa época, já havia acontecido o afastamento da gestão municipal, o que acabou enfraquecendo a atuação do MA.

Em 2001 ainda, por meio do projeto desenvolvido pela Fundação Brasil Cidadão chamado “Esse mar é meu”, que dentre suas principais ações fazia o replantio e monitoramento do ecossistema manguezal, nasceu outra ONG, a Associação Aratu. Esta, por sua vez, foi composta por jovens, escolhidos por já terem certa identidade de cuidado com o mangue e envolvidos com o referido projeto.

Salienta-se que, apesar da FBC e da Associação Aratu adentrar ao movimento após a APA já estar instalada, estas referidas ONGs contribuíram com estudos sobre a área, realizando ações de proteção do meio local e instigando novos debates sobre a ampliação do perímetro já delimitado. Prova disso foi a ampliação da APA, em 2014, com a alteração da Lei de sua criação, Lei 298, 2000, através da Lei nº 634, 2014, de forma a incluir o Banco de Algas dos Cajuais, o que possibilitaria, assim, a proteção das Aves Migratórias e do Peixe-Boi Marinho, elevando o nível de proteção e a importância da UC (CARBOGIM, 2009).

Apesar dos grupos terem sido caracterizados de forma categórica em âmbitos de atuação diferentes, nota-se uma rede de interações. Essa rede foi tramada quando o Grupo Ecológico passou a atuar junto à Gestão Municipal em seu projeto Criança e meio Ambiente, o qual acabou agregando Professores e Alunos e, por fim, as ONGs se engajaram no movimento. Esses arranjos de rede se constituem em organizações da sociedade civil formando um MS, como propõe Scherer-Warren (2006). Com isso, apesar de não terem sido organizações bem estruturadas, não se tratavam de mobilizações isoladas, mas com um nível tal de engajamento dos envolvidos a ponto de formarem uma rede de MS em defesa do meio ambiente.

### **3.3 O movimento ambiental e a área de proteção ambiental de Icapuí-CE**

Com o objetivo geral de analisar as ações do movimento ambientalista no município de Icapuí, antes e após a criação da APA do Manguezal da Barra Grande (APAMBG), a terceira categoria de análise teve como intenção sistematizar informações repassadas pelos atores sociais nas entrevistas que relacionassem o MA com a criação da APA da Barra Grande.

Primeiramente, verificou-se que todos os entrevistados entendem que Área de Proteção Ambiental é uma área definida por lei que deve ser conservada:

Uma área delimitada por lei, protegida, mas aberta, onde é permitido algumas alterações, como seu uso e ocupação, tanto por moradias, quanto por atividades econômicas. (GRUPO ECOLÓGICO)

Uma área que se delimita legalmente para proteger. (GRUPO GESTÃO)

Um local de alta biodiversidade que é protegida por lei, como é o caso da Barra Grande. (GRUPO PROFESSORES)

Uma Área de Proteção Ambiental, que está inserida dentro de uma das categorias de unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, onde uma parte tem-se que conservar, mas pode ser utilizada para fins exploratórios. (GRUPO ALUNOS)

A APA, ela é um local que por lei deve ser aliada a sua preservação com algumas atividades, por exemplo, dentro da nossa APA nós temos salinas e carcinicultura, mas que essa conciliação deveria ser sustentável. (GRUPO ONG)

Dessa maneira, entendeu-se que todos os grupos possuem um bom conhecimento do conceito geral de uma APA, inferindo-se que esta consciência se atrela ao de estarem envolvidos com causas ambientais. Essa ligação com o MA instigou, nesses atores, a busca pelo conhecimento e, assim, a entenderem os debates que os circundavam. Todos concordaram com o conceito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985, 2000), o qual afirma que APA é uma área extensa, onde é permitida a ocupação humana, e que possui propriedades, sejam do meio biótico e/ou abiótico, estéticos ou culturais, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, sendo necessária a conservação dos seus recursos.

A percepção dos grupos é de que foi o processo de militância ambiental que levou à instalação da APA da Barra Grande. Diante disso, quando questionados sobre o entendimento que possuíam sobre esta relação, as pessoas responderam:

Tudo a ver, na época nós já fazíamos baderna referente à degradação do manguezal causado pelas salinas, o que levou ao abraço ao mangue. E diante disso vieram todas as outras atividades relacionadas. Então, a APA culminou daí. (GRUPO ECOLÓGICO)

A APA, ela surge como resultado desse processo inicial que se deu no município. A partir da compreensão da importância socioambiental do manguezal, surge a necessidade de cuidar e ter uma regulamentação para sua proteção. (GRUPO GESTÃO)

Se a gente analisar, tem total relação, se a gente trabalhava para tornar as pessoas mais conscientes, a APA foi um resultado dessa conscientização. (GRUPO PROFESSORES)

Sim, teve relação porque quando se teve as mobilizações e teve esse conhecimento da importância do manguezal, veio a APA como um resultado. (GRUPO ALUNOS)

Sim, a APA da Barra Grande foi uma conquista de todo o processo de mobilizações em relação ao meio ambiente. (GRUPO ONG)

Destaca-se também o papel da Educação Ambiental realizada nas escolas, essencial para engajar jovens na militância ambiental local. Apesar de entenderem que o MA foi essencial para a criação da APA da Barra Grande, os grupos afirmaram que houve alterações durante esse processo.

Segundo o Grupo Ecológico, as mobilizações do grupo não tiveram continuidade devido ao fato de que todos eram adolescentes na época e, ao crescerem, muitos foram realizar outras atividades, não continuando engajados as ações. Alguns continuaram ligados à questão ambiental, integrando parte do segundo momento do movimento, pois passaram a trabalhar no projeto Criança e Meio Ambiente desenvolvido pela prefeitura. Contudo, os entrevistados do referido grupo ressaltaram que, a partir dos anos 2000, houve também um enfraquecimento das políticas públicas locais relacionadas ao meio ambiente, o que arrefeceu o MA.

Por outro lado, os envolvidos no MA antes da instalação da APA ao verem um resultado concreto das mobilizações podem ter freado suas atuações, por associarem a instalação da UC ao fim da degradação ambiental local e, conseqüentemente, à necessidade de luta local. Essa segunda etapa do MA local se encerra, portanto, entrando em cena a atuação das ONGs no município, o que pode ser constatado na transcrição a seguir:

Não houve continuidade no sentido de mobilizações, a partir do momento que o movimento entra no âmbito governamental e a partir do momento que a questão não é mais priorizada, a política pública se enfraquece. Só que houve um terceiro momento que foi o de fortalecimento do terceiro setor, quando as ONGs chegam a Icapuí/CE, principalmente a FBC, realizando seus trabalhos de mobilização com as comunidades. (GRUPO ECOLÓGICO)

O grupo Gestão relata que a falta de recursos foi o fator principal para a não continuidade dos projetos, assim como também a falta de interesse por parte dos políticos locais, havendo um retrocesso no processo de EA e conscientização. Nesta etapa, destaca-se o papel da Fundação Brasil Cidadão que tenta dar continuidade a todo esse processo. O grupo

aponta que as conquistas do MA até hoje continuam dando resultado, como a criação de uma legislação ambiental municipal.

Atualmente, o município fiscaliza e licencia através do Instituto de Fiscalização e Licenciamento Ambiental (IMFLA), tem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), como espaço de mobilização ambiental bem atuante, dentre outros. Os grupos Professores, Alunos e ONG entendem que o MA não acabou, ele apenas mudou de instância, quando o trabalho de mobilizações passa a não ser mais da prefeitura, mas da FBC, o que se nota nas falas abaixo:

Hoje não se vê a atuação de um movimento por parte da gestão, quando se acabou os recursos o projeto tentou se manter, porém não foi possível, dessa forma houve sim um regresso do movimento. E aí também se aliou a isso uma falta de interesse da administração. Creio eu, que se não fosse a vinda da FBC para cá, nós teríamos perdido todo um processo de Educação Ambiental. Mas aí ficaram os frutos, hoje Icapuí/CE é município de pequeno porte que licencia, através do IMFLA, tem uma legislação ambiental, tem o COMDEMA, onde os projetos a serem instalados tem que passar pela sua anuência. (GRUPO GESTÃO)

Em minha opinião o movimento ele diminui, mas continua saindo da instância da prefeitura e passa a ter continuidade com a FBC. (GRUPO PROFESSORES)

No caso, as atividades de proteção ambiental foram para outras instâncias, como, por exemplo, o trabalho que a FBC passou a desenvolver, mas o processo de mobilização nas escolas não continuou, porque a gestão não desenvolveu mais as atividades de mobilização nelas. (GRUPO ALUNOS)

Nós demos continuidade a um processo que vinha sendo feito, de conscientização, educação ambiental, porém, de outra forma, trabalhando a partir das metodologias da FBC, que foram bem aceitas nas comunidades e passamos a mobilizá-las. (GRUPO ONG)

Verifica-se, portanto, que a gestão não deu continuidade ao processo de sensibilização ambiental, passando para a ONG, Fundação Brasil Cidadão, a responsabilidade de continuar com o movimento. Frente a esta questão, Carneiro e Caneparo (2010) ao estudarem o papel das ONGs no movimento ambiental de Curitiba-PR, entenderam que, assim como em Icapuí/CE, as Organizações Não Governamentais entram em cena quando o Poder Público, no caso deles, o Estado, deixa de atuar, procurando realizar ações que garantam o desenvolvimento sustentável. Em seu estudo, verificaram que as ONGs, ao observarem a ineficiência das ações governamentais, tendem a complementar tais ações por outras que possuam tendência a resultar em benefícios concretos para a sociedade. Ainda segundo tais autores, as ONGs podem facilmente ocupar lacunas deixadas pelo Estado de forma eficaz,

pelo fato de apresentarem uma credibilidade junto à população, como também serem capazes de formar redes de comunicação.

Diante desse cenário, torna-se relevante saber quais as consequências da diminuição das ações do Movimento Ambiental, não associados às OnGs, na preservação do ecossistema manguezal. Os representantes dos cinco grupos elencaram algumas delas, como: falta de fiscalização, degradação do mangue, falta de conscientização das novas gerações. Dessa forma, infere-se que houve retrocessos na participação social no MA, o qual teve suma importância para o desenvolvimento ambiental do município de Icapuí/CE em vários âmbitos, acarretando, e podendo acarretar ainda, muitas perdas, principalmente no tocante à preservação do ecossistema manguezal local.

#### **4. Considerações Finais**

O Movimento Ambiental (MA) em Icapuí/CE pode ser considerado um Movimento Social (MS), o qual envolveu participantes de diferentes âmbitos da sociedade, tendo sido possível destacar cinco grupos de mobilizações, que agiram em teias de ações que buscavam a proteção ambiental dos ecossistemas costeiros locais. As lideranças locais percebem a relação entre a criação da APA de Barra Grande com o movimento de participação popular local, destacando a relevância das mobilizações sociais para a proteção ambiental.

Verificou-se que as lutas sociais para a emancipação política do município influenciaram o MA, pois despertaram nas pessoas um sentimento de pertencimento ao município, desencadeando o desejo de cuidar do bem coletivo, das riquezas naturais. Constatou-se, ao longo do tempo, o declínio do movimento, porém, essa regressão não se deu exclusivamente por conta da concretização da unidade de conservação, como hipótese inicial desta pesquisa; outros fatores foram relevantes para a ocorrência deste fenômeno. Dentre estes, a desarticulação dos militantes mais jovens, a mudança de gestão municipal e a falta de investimento público.

Dessa forma, entende-se que houve continuidade de mobilização relacionada a preservação do ecossistema manguezal, no município de Icapuí, através das ONGs, no entanto, apesar de darem continuidade a esse processo, a desarticulação da rede de atuação original enfraqueceu o caráter mobilizante do MA, diminuindo seu nível de alcance e, por conseguinte, a concretização de suas pautas.

O declínio do MA em Icapuí/CE pode estar trazendo prejuízos para a conservação ambiental, principalmente do ecossistema manguezal, uma vez que sem novas mobilizações

menos pessoas ficam a par da degradação do local, menos pessoas se engajam nas questões ambientais e, por conseguinte, tem-se maiores possibilidades de impactos ambientais passarem despercebidos. Esse fator deve ser levado em consideração, uma vez que a referida UC tem como categoria de manejo o Uso Sustentável, o que possibilita a instalação de empreendimentos potencialmente poluidores e degradantes.

Por fim, sugere-se que as instituições ambientalistas, sejam estas do setor público ou da Sociedade Civil, bem como a própria população reveja novas formas de mobilização e, assim, reorganizem a rede de MA, no intuito de assegurar a conservação ambiental no município de Icapuí/CE, tendo como pauta principal, a priori, o incentivo e o apoio na elaboração do Plano de Manejo da APA.

## Referências

Albuquerque, E. M. (2009). *Avaliação da técnica de amostragem “respondent-drivensampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. (Dissertação de Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço ao debate. *Lua Nova*. 76, 49-86. 2009. Acessado de: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03>.

Alonso, A., Costa, V., Maciel, D. (2007). Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, 4, 151-167, 2007. Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300008).

Ascselrad, H. (2010) Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. 24(68). Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010).

Carneiro, C. M. W., Caneparo, S. C. Organizações não governamentais ambientalistas: a atuação da sociedade civil em Curitiba e região metropolitana. *Revista Raega*. 19, 125-137, 2010. Recuperado de: [revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/15231/11420](http://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/15231/11420).

Carvalho, L. O. R., Duarte, F. R., Menezes, A. H. N., & Souza, T. E. S. (2019). *Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância*. Petrolina-PE: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Felizola, M. P. M. (2012). *A trajetória dos Movimentos Socioambientais em Sergipe: Personagens, Instituições e Estratégias de Comunicação*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Ferreira, M. (1998). Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral*, 1, 19-30, Recuperado de: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=90>.

Freitas, S. M de. (2002). *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado.

Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16, 333-361. Recuperado de: <http://www.reposip.unicamp.br/xmlui/bitstream/handle/REPOSIP/202761/S1413-24782011000200005.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Gonçalves, R. C., Lisboa, T. K. (2007). Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Revista Katálysis*.- 10, 83-92. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/...49802007000300009/5743>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo 2010*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230535>.

Jacobi, P. (2000). Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. *Revista de Administração Pública*, 34, 131-158. Recuperado de: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6353>.

*Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000*. Dispõe sobre a criação e implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm#:~:text=L9985&text=LEI%20No%209.9](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm#:~:text=L9985&text=LEI%20No%209.9)

85%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20art  
.,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.

*Lei n. 298, de 12 de maio de 2000.* Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Manguezal da Barra Grande e dá outras providências. Recuperado de: [http://rodadas.anp.gov.br/arquivos/Round9/Diretrizes/Ceara/LEI\\_APA\\_MANGUEZAL\\_DA\\_BARRA\\_GRANDE.pdf](http://rodadas.anp.gov.br/arquivos/Round9/Diretrizes/Ceara/LEI_APA_MANGUEZAL_DA_BARRA_GRANDE.pdf)

*Lei n.634 de 24 de fevereiro de 2014.* Dispõe sobre alteração da lei 298/2000, de 12 de maio de 2000, que cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Manguezal da Barra Grande e dá outras providências. Recuperado de: <file:///C:/Users/Usuario/OneDrive/ARTIGO%20SUSTENTABILIDADE%20-%20Especializa%C3%A7%C3%A3o/634.pdf>

Lima, G. F. da C. (2011). *Educação Ambiental no Brasil: formação, identidade e desafios*. Campinas, SP: Papirus.

Lotta, G., Martins, R. (2010). Capital Social e Redes Sociais: Uma Alternativa para Análise da Política Pública de Educação em Icapuí/CE. *Ensaio*, 18, 843-860. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a10.pdf>.

Machado, E. G., Lacerda, L. L. (2003). *Poder local, democracia e participação*. Fortaleza: Digitado.

Marcatto, C. (2002). *Educação ambiental: conceitos e princípios*. Belo Horizonte: FEAM.

Marconi, M. de A., Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

Meireles, A. J. de A. (2015). *Unidades de Conservação: ações comunitárias e institucionais para a sustentabilidade*. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão.

Meireles, A. J. de A., Santos, A. M. F. dos. (2012). *Atlas de Icapuí/CE*. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão.

Oliveira, M. M. (2008). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Oliveira, I., Hermont, C. (2014). Juventudes e participação. In: Correa, L. M.; Alves, M. Z.; Maia, C. L. (Orgs.). *Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio*. (pp.11-13). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2019). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFMS. Recuperado de: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1).

Rocha, A. M. M. (2016). Teoria Crítica e Movimentos Sociais: Convergências, Contrapontos e a centralidade da cultura como vetor explicativo. *Caderno de Ciências Sociais da UFRPE*, 1, 102-120. Recuperado de: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/954/929>.

Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21, 109-130. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07>.

Scherer-Warren, I. (2007). Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *História: Debates e Tendências*, 7, 9-21. Recuperado de: [http://ppgh.upf.br/download/HDT\\_2007\\_01rev\\_hist\\_v7\\_n1.pdf#page=7](http://ppgh.upf.br/download/HDT_2007_01rev_hist_v7_n1.pdf#page=7)

Silva, J. A.(1998). *Icapuí: Uma história de luta. Município modelo do Ceará. Um exemplo para o Brasil*. Fortaleza: Encaixe.

Silva, J. A. (2012). *Manguezal do estuário Barra Grande em Icapuí – CE: da degradação ao processo de recuperação e mudança de atitude*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Souza, V. F. de. (2013). O movimento social ambientalista e a emergência de uma ética sustentável. *Anais do Simpósio de Estudos Urbanos*. Campo Mourão, 19, 20 e 21 de ago??

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Thais Silva Torquato – 40%

Helen Flávia de Lima – 20%

Luana Viana Costa e Silva – 10%

Selma Maria Peixoto Alcântara – 10%

Antônia Duciene Feitosa Lima – 10%

José Araújo Amaral – 10%